08

COMPRAS INSTITUCIONAIS E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: UM ESTUDO DOCUMENTAL EM JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE)

Timna da Paixão Fagundes Pereira
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Katiane Amorim Coelho
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Jáder Barrozo de Carvalho
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Nádja Cajado da Silva
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Maria Auxiliadora Tavares da Paixão
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

10.37885/251020397

RESUMO

Este artigo analisa o papel das compras institucionais, em especial do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na promoção da transição agroecológica no território do Submédio São Francisco, com foco nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se em análise documental e utilização de dados secundários provenientes de legislações, relatórios oficiais e estudos acadêmicos. Os resultados indicam que os programas de compras públicas constituem instrumentos estratégicos para fortalecer a agricultura familiar, estimular circuitos curtos de comercialização e criar condições para práticas agroecológicas. No entanto, sua efetividade depende de fatores como a adequação dos editais, a capacitação de gestores e agricultores, e a existência de arranjos institucionais que assegurem governança territorial participativa. Conclui-se que, embora não sejam suficientes para a consolidação plena da transição agroecológica, as compras institucionais configuram-se como mecanismos concretos de articulação entre políticas públicas, sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agricultura familiar; compras institucionais; agroecologia; PNAE; PAA; submédio São Francisco.

INTRODUÇÃO

A busca por modelos de desenvolvimento que articulem sustentabilidade ambiental, inclusão social e dinamização econômica tem se consolidado como um dos grandes desafios contemporâneos. No Brasil, a agricultura familiar ocupa lugar central nesse processo, não apenas por seu peso na produção de alimentos, mas também pela sua diversidade sociocultural e pelas formas de manejo e reprodução social que, em muitos casos, se traduzem em práticas locais de uso dos recursos naturais. Tais características, amplamente discutidas na literatura, diferenciam a agricultura familiar da produção convencional e reforçam sua relevância como pilar para políticas de desenvolvimento sustentável (Schneider; Cassol, 2014).

Nesse sentido, políticas públicas voltadas à agricultura familiar ganharam destaque nas últimas décadas como estratégias capazes de fortalecer sistemas agroalimentares locais, promover inclusão produtiva e incentivar práticas sustentáveis. Entre elas, sobressaem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reconhecidos como instrumentos centrais na articulação entre produção e consumo, na valorização de circuitos curtos de comercialização e na criação de mercados institucionais estáveis. Estudos apontam que, quando bem implementados, tais programas contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento territorial e a valorização da agroecologia como alternativa técnica e social (IPC-IG, 2013; Grisa; Schneider, 2015; Triches; Schneider, 2010).

É nesse contexto que ganha relevância o conceito de transição agroecológica, entendido não apenas como um ajuste técnico no modo de produção, mas como um processo multidimensional que articula transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. A transição envolve a passagem de sistemas agrícolas intensivos em insumos externos e monoculturas para formas mais sustentáveis de produção, baseadas na diversidade, no uso racional dos recursos naturais e na valorização de saberes tradicionais. Para sua consolidação, são necessários arranjos institucionais sólidos, políticas públicas articuladas e práticas de governança participativa que deem sustentação a essas mudanças (Caporal; Costabeber, 2004; Gliessman, 2015).

A escolha do Submédio São Francisco como recorte territorial se justifica pelo caráter estratégico da região, especialmente o eixo formado pelos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Reconhecida nacional e internacionalmente pela fruticultura irrigada, a região consolidou um arranjo produtivo local (APL) altamente competitivo, voltado para a produção e exportação de frutas tropicais como uvas e mangas (Leão; Moutinho; Campos, 2016). Contudo, esse dinamismo econômico convive com profundas contradições: de um lado, grandes empreendimentos orientados para o mercado externo; de outro, agricultores familiares que enfrentam desigualdade social, concentração de renda e impactos ambientais relacionados ao modelo intensivo de irrigação (IBGE, 2019; Leão; Moutinho; Campos, 2016).

Nesse cenário de contrastes, os programas de compras institucionais ganham destaque como ferramentas de mediação e equilíbrio. A exigência legal de que ao menos 30% dos recursos do PNAE sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar - estabelecida pela Lei nº 11.947/2009 - representa um marco para a inclusão social e produtiva de pequenos agricultores. Complementarmente, avaliações recentes conduzidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com universidades, têm identificado gargalos como falhas na comunicação, necessidade de capacitação técnica e desafios de gestão, mas também apontam caminhos para ampliar a participação da agricultura familiar e das experiências agroecológicas nos programas (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira as compras institucionais, especialmente via PNAE e PAA, podem fomentar a transição agroecológica no contexto do Submédio São Francisco, com foco nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e no uso de dados secundários extraídos de legislações, relatórios oficiais e produções acadêmicas.

O trabalho está estruturado em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, com ênfase nos conceitos de agricultura familiar, políticas de compras institucionais e transição agroecológica. A terceira seção traz a contextualização territorial, destacando aspectos socioeconômicos e institucionais da RIDE Petrolina-Juazeiro. Em seguida, a quarta seção analisa as políticas públicas e o funcionamento das compras

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

institucionais no território, com foco em suas potencialidades e limitações. A quinta seção discute a transição agroecológica e suas aplicações práticas na região, e a sexta seção apresenta as reflexões finais, destacando proposições aplicativas e desafios para o fortalecimento dessa agenda.

MÉTODOS

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

A agricultura familiar é amplamente reconhecida como um dos pilares do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Mais do que uma categoria produtiva, ela representa um modelo de vida, de organização social e de manejo da terra, caracterizado pelo predomínio da mão de obra familiar e pela forte vinculação cultural e territorial. Essa dimensão sociocultural, somada à relevância econômica, confere ao segmento um papel estratégico na construção de sistemas alimentares mais resilientes e na manutenção da diversidade sociocultural no campo (Grisa; Schneider, 2015).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar corresponde a cerca de 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros e é responsável por grande parte da produção dos alimentos básicos consumidos internamente, como mandioca, feijão, leite e hortaliças (IBGE, 2019). Esses números evidenciam sua centralidade na garantia da segurança alimentar e nutricional, na geração de renda e no combate à pobreza, reforçando sua importância como segmento essencial para a sociedade brasileira.

Entretanto, a expressividade do setor convive com entraves estruturais que comprometem sua plena inserção nos mercados de maior valor agregado. Entre os principais desafios estão a dificuldade de acesso ao crédito, a baixa capitalização, a assistência técnica insuficiente e a vulnerabilidade às oscilações de mercado, que tornam os agricultores familiares dependentes de políticas públicas para assegurar renda e inserção produtiva (IPC-IG, 2013; FNDE; CECANE-UFF, 2025). Esses fatores evidenciam a necessidade de instrumentos de apoio que não apenas garantam escoamento da produção, mas que também promovam a inclusão social e a sustentabilidade.

Nesse contexto, emergem as políticas públicas de compras institucionais como mecanismos capazes de articular produção e consumo, fortalecendo a agricultura familiar ao mesmo tempo em que atendem a demandas sociais de segurança alimentar. Entre essas políticas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, a partir da Lei nº 11.947/2009, estabeleceu a obrigatoriedade de destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE à aquisição de produtos da agricultura familiar.

O PAA tem como objetivo apoiar a produção local por meio da compra direta de alimentos, destinados a escolas, hospitais, creches e entidades socioassistenciais. Ao mesmo tempo em que promove o escoamento da produção e preços mais justos, contribui para melhorar a qualidade da alimentação de populações em situação de vulnerabilidade (IPC-IG, 2013). Já o PNAE consolidou-se como um dos maiores programas de compras institucionais do mundo, sendo capaz de estimular circuitos curtos de comercialização, diversificar cardápios e fomentar a aquisição de alimentos agroecológicos, alinhando políticas de alimentação com princípios de sustentabilidade (Triches; Schneider, 2010).

Apesar de seus avanços, a literatura aponta desafios recorrentes que limitam a efetividade dessas políticas. Entre eles, destacam-se falhas de gestão, burocracia nos editais e dificuldades de organização de cooperativas e associações de agricultores familiares. Avaliações recentes conduzidas pelo FNDE em parceria com universidades indicam a necessidade de investir em capacitação técnica, aprimorar os processos de comunicação entre gestores e agricultores e ampliar a inclusão de alimentos agroecológicos nos editais (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

Transição Agroecológica

As compras públicas adquirem maior relevância quando associadas ao conceito de transição agroecológica, entendido como o processo de transformação gradual dos sistemas agrícolas convencionais — baseados no uso intensivo de insumos químicos e monoculturas — em sistemas diversificados, sustentáveis e integrados ao ambiente e às comunidades locais. Essa transição não se restringe ao âmbito técnico-produtivo, mas envolve dimensões sociais,

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

econômicas, políticas e culturais, exigindo arranjos institucionais que sustentem sua adoção em larga escala (Caporal; Costabeber, 2004; Gliessman, 2015).

No Semiárido brasileiro, esse processo adquire contornos específicos, uma vez que a região historicamente desenvolveu práticas de convivência com a escassez hídrica, como o manejo de variedades crioulas e a diversificação produtiva. Experiências como feiras agroecológicas, bancos comunitários de sementes e redes de agricultores experimentadores têm demonstrado que a agroecologia se configura não apenas como alternativa técnica viável, mas também como estratégia de resistência social, política e cultural, fortalecendo a autonomia das comunidades rurais (Leão; Moutinho; Campos, 2016).

Relação entre Compras Públicas e Agroecologia

É nesse ponto que se estabelece a conexão direta entre compras institucionais e transição agroecológica. Ao destinar recursos públicos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, sobretudo agroecológicos ou em transição, programas como o PAA e o PNAE criam mercados estáveis que incentivam agricultores a adotar práticas menos dependentes de insumos químicos. Simultaneamente, promovem a segurança alimentar da população, reforçam a soberania alimentar e valorizam dietas mais saudáveis (Triches; Schneider, 2010; Grisa; Schneider, 2015).

Além de seus impactos produtivos e nutricionais, essas políticas fortalecem cooperativas e redes locais, ampliam o poder de negociação dos agricultores e estimulam a governança participativa. No entanto, persistem obstáculos importantes, como a ausência de editais específicos voltados a produtos agroecológicos, barreiras logísticas relacionadas ao transporte e armazenamento e a carência de capacitação técnica contínua para agricultores e gestores. Superar tais limitações é condição essencial para que as compras institucionais cumpram plenamente seu potencial de vetor da transição agroecológica (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

RESULTADOS

A RIDE do Polo Petrolina-Juazeiro

A Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina-Juazeiro foi criada pela Lei Complementar nº 113/2001, com o objetivo de articular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social integrado entre os dois municípios e seu entorno. Trata-se de um território estratégico no Semiárido nordestino, pois concentra atividades de agricultura irrigada, comércio e logística, exercendo forte influência sobre cidades vizinhas e consolidando-se como referência em inovação agrícola (Brasil, 2001).

Desde sua criação, a RIDE se transformou em um dos principais polos de fruticultura irrigada do país, articulando-se a cadeias nacionais e internacionais de exportação, especialmente de frutas tropicais como uva e manga. Pesquisas destacam que a região se constitui em um arranjo produtivo local (APL) que integra grandes empresas exportadoras, agricultores familiares, instituições de pesquisa e extensão e organizações de apoio técnico. Essa articulação cria um espaço de dinamismo econômico, mas também evidencia assimetrias, já que os benefícios não são distribuídos de forma homogênea (Leão; Moutinho; Campos, 2016).

A força da RIDE Petrolina-Juazeiro também se manifesta em seus indicadores demográficos e socioeconômicos. Segundo o IBGE (2019), os dois municípios somam mais de 700 mil habitantes, configurando um aglomerado urbano que exerce centralidade no Submédio São Francisco e influencia diretamente nas dinâmicas regionais. O crescimento econômico da região supera a média do Semiárido brasileiro, resultado da expansão da agricultura irrigada, do fortalecimento da agroindústria e da diversificação das atividades comerciais e de serviços.

Todavia, esse dinamismo não elimina as desigualdades. Os ganhos da fruticultura irrigada concentram-se principalmente em grandes empreendimentos e exportadores, que dispõem de capital, tecnologia e acesso a mercados internacionais. Em contrapartida, agricultores familiares e trabalhadores rurais enfrentam dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica e canais de comercialização mais rentáveis. Essa dualidade revela a coexistência de um

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

modelo moderno e competitivo, voltado à exportação, e de segmentos sociais mais vulneráveis, que permanecem dependentes de políticas públicas para garantir inserção produtiva e condições mínimas de reprodução social (Leão; Moutinho; Campos, 2016).

Agricultura Familiar e Potencial Agroecológico

Apesar das desigualdades, a agricultura familiar preserva uma presença expressiva na região, tanto pelo número de estabelecimentos quanto pela diversidade de cultivos adaptados ao Semiárido. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar predomina em termos de estabelecimentos rurais, ainda que a maior parte da área cultivável permaneça sob o domínio de médios e grandes produtores (IBGE, 2019). Esse cenário reforça a importância de políticas públicas específicas para garantir não apenas a sobrevivência, mas também o fortalecimento da agricultura familiar como agente de transformação territorial.

Nesse sentido, programas como o PAA e o PNAE desempenham papel fundamental ao assegurar renda mínima e estimular a produção local, funcionando como instrumentos de inclusão social. Paralelamente, experiências locais, como feiras agroecológicas, bancos comunitários de sementes e redes de agricultores experimentadores, demonstram que o território possui condições favoráveis para avançar na transição agroecológica. Essas iniciativas combinam inovação técnica com valorização de saberes tradicionais, permitindo reduzir a dependência de insumos externos e ampliar a autonomia dos agricultores (Grisa; Schneider, 2015).

Apesar do dinamismo econômico e do potencial agroecológico identificado, a RIDE Petrolina-Juazeiro ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua sustentabilidade em longo prazo. Entre os principais problemas, destacam-se: a concentração fundiária e a desigualdade de acesso à água, já que os perímetros irrigados beneficiam majoritariamente grandes empreendimentos; a forte dependência de mercados externos, que torna a fruticultura exportadora vulnerável às oscilações de preços internacionais; e a baixa inserção da agricultura familiar em cadeias de maior valor agregado, o que mantém sua dependência das políticas públicas de apoio. Além disso, há impactos ambientais expressivos,

como o uso intensivo de água e de agrotóxicos, que contrastam com experiências emergentes em agroecologia (Leão; Moutinho; Campos, 2016; IBGE, 2019).

Esse conjunto de contradições evidencia que, embora a região tenha alcançado notoriedade econômica e visibilidade internacional, a sustentabilidade de seu modelo produtivo depende da superação de assimetrias sociais e ambientais. Nesse sentido, compreender a complexidade territorial da RIDE é condição indispensável para avaliar o papel das compras institucionais como possíveis catalisadoras de uma transição agroecológica mais inclusiva, capaz de conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

DISCUSSÃO

Transição agroecológica no território: aplicações práticas e reflexões

A análise da transição agroecológica no Vale do São Francisco, especialmente no eixo Juazeiro-Petrolina, exige considerar tanto os condicionantes estruturais da região quanto os instrumentos de política pública disponíveis. A seguir, são discutidos os principais desafios, as formas pelas quais as compras institucionais podem atuar como alavanca para esse processo, bem como propostas aplicativas, indicadores de monitoramento e recomendações para mitigar riscos.

Desafios estruturais à transição agroecológica no Vale do São Francisco

A transição agroecológica em territórios fortemente marcados pela fruticultura irrigada enfrenta um conjunto de obstáculos técnicos, institucionais, logísticos e ambientais. Entre os principais entraves, destacam-se:

a) Estrutura produtiva dualizada e assimetrias de poder econômico, onde o predomínio de grandes empreendimentos irrigados voltados à exportação impõe padrões produtivos intensivos em insumos químicos e pressiona preços, reduzindo a competitividade dos pequenos agricultores que praticam ou pretendem praticar agroecologia (Leão; Moutinho; Campos, 2016).

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

b) Limitações organizativas e de governança, no qual a participação em compras institucionais depende da capacidade de articulação em cooperativas e associações, bem como da interação com prefeituras, secretarias e instituições de assistência técnica. A fragilidade desses arranjos compromete a eficácia das políticas (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

c) Infraestrutura logística e pós-colheita insuficiente, onde a diversidade dos produtos agroecológicos, muitas vezes entregues em pequenos lotes, requer pontos de agregação, refrigeração e transporte adaptado. A ausência dessa estrutura encarece o processo e eleva as perdas, tornando difícil competir com grandes fornecedores (IPC-IG, 2013).

d) Necessidade de assistência técnica especializada (ATER), vez que a conversão de sistemas convencionais para agroecológicos demanda apoio contínuo em práticas como manejo do solo, integração lavoura-pecuária, sistemas agroflorestais e compostagem. Contudo, a disponibilidade de ATER orientada ainda é insuficiente (Caporal; Costabeber, 2004; Moraes Et Al., 2020).

e) Pressões ambientais e disponibilidade hídrica, visto que o modelo irrigado vigente gera consumo elevado de água e uso intensivo de insumos químicos. A transição requer técnicas de convivência com o Semiárido, como captação eficiente, uso de espécies adaptadas e práticas de redução de agroquímicos, garantindo equilíbrio entre produtividade e preservação ambiental (Moraes et al., 2020).

Esses desafios reforçam que a transição agroecológica não se limita à esfera produtiva da propriedade rural, mas exige ação coordenada entre infraestrutura, mercado, capacitação e políticas públicas (Gliessman, 2015).

Como as compras institucionais podem operar como alavanca da transição

Nesse contexto de dificuldades estruturais que limitam a inserção competitiva da agricultura familiar e a consolidação da agroecologia, as compras institucionais configuram-se como instrumentos estratégicos capazes de articular

dimensões produtivas, sociais e ambientais, criando condições favoráveis à adoção de práticas mais sustentáveis.

Evidências de experiências brasileiras indicam que programas como o PNAE e o PAA, ao garantirem uma demanda estruturada por meio de contratos estáveis, reduzem significativamente os riscos de mercado enfrentados pelos agricultores em processo de transição, favorecendo o planejamento de médio prazo e incentivando investimentos em práticas agroecológicas (IPC-IG, 2013).

Para além da estabilidade de demanda, editais que estabelecem critérios de pontuação diferenciada a produtos agroecológicos, a produtores em transição e a cooperativas organizadas funcionam como mecanismos de agregação de valor social às compras públicas, ao mesmo tempo em que estimulam a reconfiguração dos sistemas produtivos locais (Triches; Schneider, 2010). A adoção de modalidades de compra mais flexíveis a exemplo de licitações fracionadas, lotes georreferenciados ou consórcios de agricultores, pode vir a contribuir para reduzir barreiras de entrada impostas a pequenos fornecedores e assegura maior diversidade de produtos disponibilizados aos mercados institucionais (IPC-IG, 2013).

Ademais, a vinculação entre as exigências dos editais e políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER), associada a processos de certificação participativa, amplia a confiança entre os agentes envolvidos e assegura a qualidade dos alimentos fornecidos, reforçando o caráter socioambiental dessas iniciativas (Caporal; Costabeber, 2004).

Finalmente, investimentos direcionados à infraestrutura, tais como centrais de refrigeração, unidades de processamento comunitário e sistemas logísticos compartilhados, revelam-se indispensáveis para reduzir perdas pós-colheita e ampliar a capacidade de atendimento às demandas contratuais, consolidando, assim, o papel das compras públicas como alavanca concreta de promoção da transição agroecológica (FNDE; CECANE-UFF, 2025). Sendo assim, quando articulados a estratégias territoriais de desenvolvimento, esses mecanismos se mostram altamente promissores (Grisa; Schneider, 2015).

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

Aplicações práticas propostas para Juazeiro-Petrolina (síntese operacional)

Com base nos desafios e nas possibilidades identificadas, propõe-se um conjunto de ações práticas estruturadas em três frentes:

a. **Inovação contratual e normativa**

Redigir editais-piloto do PNAE/PAA com cláusulas específicas para produtos agroecológicos e produtores em transição, aceitando certificação participativa ou atestados técnicos de ATER (Triches; Schneider, 2010; IPC-IG, 2013).

Adotar critérios de pontuação que valorizem práticas socioambientais e entregas locais, estimulando a diversificação produtiva.

b. **Fortalecimento organizativo e ATER**

Apoiar cooperativas e consórcios regionais para agregação da produção, com suporte à gestão administrativa e fiscal.

Implementar programas de ATER voltados à agroecologia, priorizando manejo de água, conservação de solo, pós-colheita e sistemas agroflorestais, em parceria com instituições de pesquisa e extensão locais (Moraes *et al.*, 2020).

c. **Infraestrutura e logística**

Investir em pontos municipais e regionais de agregação com refrigeração compartilhada e embalagens adequadas.

Implantar rotas logísticas consolidadas para atendimento às escolas e criar unidades de processamento para agregar valor aos produtos (polpas, conservas), ampliando sua escala comercial (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

Essas ações, coordenadas por um comitê intermunicipal Juazeiro-Petrolina e acompanhadas de monitoramento sistemático, podem reduzir barreiras e ampliar a participação de produtores agroecológicos nos mercados institucionais.

Limitações, riscos e recomendações de mitigação

Apesar de seu potencial, a utilização de compras institucionais como vetor da transição agroecológica apresenta limitações e riscos que precisam ser mitigados:

Escala insuficiente — o alcance das compras públicas locais pode não ser suficiente para transformar todo o sistema produtivo. Recomenda-se complementar com políticas de crédito, assistência técnica e incentivos fiscais (Grisa; Schneider, 2015).

Risco de exclusão — a burocracia dos editais pode excluir pequenos produtores. Sugere-se simplificação documental, uso de cooperativas como intermediárias e capacitação para formalização (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

Dependência de repasses — cortes orçamentários federais e estaduais podem comprometer a continuidade. Alternativas incluem fundos municipais rotativos, convênios e parcerias com organizações da sociedade civil.

Por isso, recomenda-se a implementação inicial de projetos-piloto em escolas e comunidades selecionadas, acompanhados de avaliações periódicas (a cada 6–12 meses). Esse processo permite ajustar editais, logística e capacitação antes da ampliação para toda a rede municipal ou regional (IPC-IG, 2013).

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES APLICATIVAS

Integração entre políticas públicas e estratégias locais

Os programas de compras institucionais, em especial o PNAE e o PAA, possuem grande potencial para funcionar como indutores de práticas agroecológicas, mas esse potencial não se realiza de forma automática. Para que a integração entre políticas públicas e agroecologia se materialize de fato no território Juazeiro-Petrolina, é necessário que os programas nacionais dialoguem com iniciativas locais já existentes, como as feiras agroecológicas, os bancos comunitários de sementes e as redes de agricultores familiares.

Tal articulação fortalece a governança territorial, amplia o alcance das políticas e cria sinergias entre Estado e sociedade civil, assegurando que os recursos investidos sejam transformados em impactos duradouros sobre inclusão social, sustentabilidade ambiental e dinamização econômica (Grisa; Schneider, 2015; IPC-IG, 2013).

Com base nos desafios estruturais identificados no território do Submédio São Francisco, torna-se possível delinear um conjunto de proposições articuladas destinadas a potencializar a transição agroecológica por meio das

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

compras institucionais, organizadas em cinco eixos interdependentes: editais, capacitação, infraestrutura, governança e monitoramento.

O primeiro eixo, relativo ao aprimoramento dos editais públicos, assume centralidade no processo, uma vez que o desenho das chamadas públicas é determinante para assegurar a inclusão efetiva da agricultura familiar, sobretudo daqueles agricultores em processo de transição agroecológica, nos mercados institucionais. Assim, recomenda-se a incorporação de cláusulas específicas que valorizem a produção agroecológica, a adoção de critérios de pontuação diferenciada que priorizem cooperativas locais, diversificação produtiva e práticas sustentáveis, bem como a previsão de mecanismos de compra em lotes menores, compatíveis com a escala produtiva da agricultura familiar, reduzindo, dessa forma, as barreiras de entrada impostas aos pequenos produtores (Triches; Schneider, 2010).

O segundo eixo está associado à capacitação e à assistência técnica e extensão rural (ATER), que se apresentam como condições imprescindíveis para qualificar os diferentes atores envolvidos como por exemplo gestores públicos, nutricionistas, agricultores e associações, em relação aos procedimentos licitatórios, às boas práticas de produção e às exigências sanitárias. Nesse sentido, a integração da ATER agroecológica às demandas específicas do PNAE e do PAA mostra-se fundamental não apenas para a superação de entraves técnicos e administrativos, mas também para o fortalecimento da adoção de sistemas produtivos sustentáveis em escala local (Caporal; Costabeber, 2004; FNDE; CECANE-UFF, 2025).

O terceiro eixo refere-se à infraestrutura e à logística, dimensões sem as quais a regularidade e a qualidade das entregas de alimentos agroecológicos não podem ser garantidas. Entre as medidas prioritárias, destacam-se os investimentos em centrais comunitárias de recebimento, armazenamento e refrigeração de produtos perecíveis, bem como o apoio à aquisição, por cooperativas e associações, de meios de transporte adaptados que assegurem o fornecimento contínuo e em condições adequadas às escolas e demais unidades públicas de abastecimento (IPC-IG, 2013).

Já o quarto eixo, vinculado à articulação e à governança territorial, remete ao reconhecimento de que a efetividade das políticas depende da qualidade dos arranjos institucionais estabelecidos no território. Nesse sentido, propõe-se

a criação de um fórum intermunicipal entre Juazeiro e Petrolina, reunindo prefeituras, sindicatos, associações de agricultores e movimentos sociais, com vistas à integração das políticas de compras públicas e da agenda da transição agroecológica, além da definição de metas regionais conjuntas que orientem, de forma progressiva, o aumento da participação de alimentos agroecológicos nos programas institucionais (Leão; Moutinho; Campos, 2016).

Por fim, o quinto eixo refere-se ao monitoramento e à avaliação, que se constituem como mecanismos indispensáveis à aferição da efetividade das ações propostas. Recomenda-se, nesse sentido, a implementação de sistemas de acompanhamento participativo, ancorados em indicadores sociais, econômicos e ambientais, nos quais os próprios agricultores desempenhem papel ativo, de modo a assegurar legitimidade e efetividade ao processo.

Ademais, a publicação de relatórios anuais sobre a participação da agricultura familiar e agroecológica nas compras institucionais configura-se como estratégia essencial para garantir transparência, ampliar o controle social e oferecer uma base empírica sólida que possibilite o contínuo aprimoramento das políticas (FNDE; CECANE-UFF, 2025).

REFLEXÕES FINAIS SOBRE APLICABILIDADE

As proposições apresentadas revelam que a transição agroecológica no Submédio São Francisco, especialmente no eixo Juazeiro-Petrolina, pode ser fortalecida por meio da articulação entre políticas públicas e iniciativas locais. No entanto, é imprescindível reconhecer que a efetividade dessas ações depende de condições estruturais, como financiamento público contínuo, fortalecimento institucional de cooperativas e associações e participação ativa da sociedade civil nos processos de decisão.

A experiência de Juazeiro e Petrolina, marcada por forte especialização em fruticultura irrigada, mas também por rica presença da agricultura familiar, pode tornar-se uma referência para outras regiões semiáridas. Ao articular políticas nacionais, como o PNAE e o PAA, com práticas locais inovadoras e tradicionais, constrói-se um modelo capaz de conciliar dinamismo econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Assim, as compras públicas deixam de ser apenas um mecanismo administrativo para se afirmarem como

ISBN 978-65-83998-85-9 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial e de construção de sistemas agroalimentares mais resilientes (Moraes Et Al., 2020; Gliessman, 2015).

CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo evidencia que as compras institucionais, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), configuram-se como instrumentos estratégicos para promover a inclusão produtiva da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, estimular práticas alinhadas à transição agroecológica. No território de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), marcado por forte dinamismo econômico em torno da fruticultura irrigada, mas também por desigualdades sociais e ambientais persistentes, esses programas podem atuar como mecanismos de equilíbrio, ao criar oportunidades para pequenos produtores, fortalecer circuitos curtos de comercialização e diversificar os sistemas produtivos locais.

Os resultados da pesquisa indicam que o potencial dos programas vai além da simples compra de alimentos. Quando bem estruturados, eles podem funcionar como indutores de transformações territoriais, promovendo não apenas melhorias econômicas, mas também avanços sociais e ambientais. Para que esse potencial se realize, torna-se imprescindível o ajuste de fatores logísticos, institucionais e organizacionais. A inclusão de cláusulas que valorizem alimentos agroecológicos nos editais, o fortalecimento de cooperativas e associações locais, o investimento em infraestrutura de agregação e transporte, bem como a ampliação da assistência técnica agroecológica, configuram-se como condições determinantes para que os programas alcancem maior efetividade e impacto positivo no território.

Outro ponto de destaque diz respeito à governança territorial participativa. A experiência analisada demonstra que a construção de fóruns e instâncias intermunicipais de diálogo, reunindo agricultores, gestores públicos, movimentos sociais e instituições de pesquisa e extensão, pode favorecer a integração de políticas nacionais a iniciativas locais, assegurando que os benefícios sejam distribuídos de forma mais equitativa. Esse modelo de governança, ao mesmo tempo inclusivo e adaptado às especificidades do Semiárido, contribui para consolidar um processo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

É importante ressaltar ainda que a transição agroecológica não se configura como uma solução imediata ou isolada, mas como um processo de médio e longo prazo, que envolve mudanças técnicas, culturais e institucionais. Nesse sentido, as compras públicas, embora não sejam a resposta única aos desafios da agricultura familiar e da sustentabilidade, assumem papel relevante como uma alavanca concreta para impulsionar esse processo. O caso de Juazeiro e Petrolina mostra que mesmo territórios altamente especializados em monocultivos para exportação podem, por meio de políticas públicas bem desenhadas e articuladas às demandas locais, alinhar dinamismo econômico com sustentabilidade ambiental e justiça social.

Assim, este estudo contribui para a reflexão sobre a integração entre políticas de segurança alimentar, desenvolvimento rural e agroecologia, ao demonstrar que os programas de compras institucionais, quando adequadamente adaptados às condições territoriais, podem assumir papel de destaque na construção de sistemas agroalimentares mais resilientes, inclusivos e sustentáveis. Nesse sentido, a experiência do Submédio Vale do São Francisco pode servir de inspiração para outras regiões brasileiras e internacionais que enfrentam o desafio de conciliar produção agrícola, equidade social e conservação ambiental em contextos de elevada pressão econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001. Dispõe sobre a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/Juazeiro e institui seu Conselho Administrativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/31.pdf.

FNDE; CECANE-UFF. Elementos facilitadores e dificultadores no processo de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar no Brasil. Brasília: FNDE, 2025. Disponível em: https://redraes.org/wp-content/uploads/2025/07/Estudo_compras_publicas_2025_julho.pdf.

GLIESSMAN, S. R. Transforming food systems with agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems, v. 39, n. 5, p. 437–438, 2015. DOI: 10.1080/21683565.2015.1130765. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2015.1130765.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232410.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf.

IPC-IG. Structured demand and smallholder farmers in Brazil: the case of PAA and PNAE. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. Disponível em: https://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/IPCTechnicalPaper7.pdf.

LEÃO, É. L. S.; MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, L. H. R. O arranjo produtivo local da fruticultura irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, Pernambuco/Bahia: fluxos comerciais e dinamismo local. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, v. 9, n. 2, p. 273–303, 2016. DOI: 10.17765/2176-9168.2016v9n2p273-303. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/3672.

Schneider, S.; Cassol, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014. Disponível em: https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/20857/12815.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando consumo e produção. Saúde e Sociedade, v. 19, n. 4, p. 933–945, 2010. DOI: 10.1590/S0104-12902010000400019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WFcGDRjzXjXb67DWX3gKHDQ/?lang=pt.